

Revista Saúde.Com

ISSN 1809-0761

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc>**COMPORTAMENTO DE PAIS/RESPONSÁVEIS EM RELAÇÃO À VACINAÇÃO INFANTIL EM UMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA****BEHAVIOR OF PARENTS/GUARDIANS REGARDING CHILDHOOD VACCINATION IN A FAMILY HEALTH STRATEGY****Ernandes Gonçalves Dias, Mércia Bianca Pereira Martins, Wyara Simeia dos Santos Souza, Lyliane Martins Campos, Maiza Barbosa Caldeira**

Faculdade Verde Norte (Favenorte)

Abstract

The objective was to investigate the behavior of parents/guardians in relation to childhood vaccination in a Family Health Strategy in a municipality in northern Minas Gerais. This is a descriptive, qualitative study carried out with 17 parents/guardians. Data were collected between August and September 2022 through a semi-structured interview, analyzed using Thematic Analysis. The results show that parents/guardians are aware of the importance of childhood vaccination and attribute protection against diseases to the act of vaccinating, in addition to being a child's right. Work processes triggered by the teams promote parents' awareness to keep the vaccine booklet up to date, however, the coincidence of the parents/guardians' work hours and the carrying out of educational actions carried out by the health team limit the public's access to information about childhood vaccination, on the other hand, the information work carried out by the Community Health Agents, added to internet access and the established vaccination culture, promote awareness of childhood vaccination. It is concluded that it is necessary to adapt the offer of services related to childhood vaccination to the reality of parents/guardians, with the expansion of the offer of educational and vaccination actions to expand access to immunization.

Keywords: National Health Strategies; Child Welfare; Child Health; Vaccines; Vaccination Coverage.

Resumo

Objetivou-se investigar o comportamento de pais/responsáveis em relação à vacinação infantil em uma Estratégia Saúde da Família de um município do norte de Minas Gerais. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo realizado com 17 pais/responsáveis. Os dados foram coletados entre agosto e setembro de 2022 por meio de uma entrevista semiestruturada, analisada mediante Análise Temática. Os resultados demonstram que os pais/responsáveis são conscientes em relação à importância da vacinação infantil e atribuem ao ato de vacinar a proteção contra doenças, além de ser um direito da criança. Processos de trabalhos desencadeados pelas equipes promovem a conscientização dos pais para manter a caderneta de vacinas atualizada, no entanto, a coincidência do horário de trabalho dos pais/responsáveis e da realização de ações educativas realizadas pela equipe de saúde limitam o acesso do público a informações sobre a vacinação infantil, em contrapartida o trabalho informativo realizado pelos Agentes Comunitário de Saúde, somado ao acesso à internet e a cultura de vacinação estabelecida promovem a sensibilização para a vacinação infantil. Conclui-se ser necessário a adequação da oferta dos serviços relacionados à vacinação infantil à realidade dos pais/responsáveis, com a ampliação da oferta de ações educativas e de vacinação para ampliar o acesso à imunização.

Palavras-chave: Estratégias de Saúde Nacionais; Proteção da Criança; Saúde da Criança; Vacinas; Cobertura Vacinal.

Introdução

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é a estratégia fundamental para consolidação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), ela é o ponto chave para a qualificação e expansão da Atenção Primária à Saúde (APS) e tem a possibilidade de favorecer a resolubilidade dos problemas de saúde dos usuários e promover melhoria na qualidade de vida dos indivíduos¹.

Nessa perspectiva, a equipe da ESF tem um importante papel sobre o comportamento dos pais em relação à vacinação de seus filhos, visto que a vacinação é a forma mais eficaz e segura de se adquirir proteção contra as doenças infecciosas imunopreveníveis. Ela reduz drasticamente o risco de adoecimento ou de manifestações graves².

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) representa uma das intervenções em saúde pública mais importantes no cenário de saúde brasileiro. As ações de vacinação e vigilância apresentam impacto positivo na prevenção e controle de doenças imunopreveníveis e reflete positiva e diretamente na qualidade e expectativa de vida da população³.

A vacinação infantil é importante para auxiliar a formação adequada do sistema imunológico das crianças, por isso, as vacinas do calendário básico nacional são obrigatórias. A vacinação é o procedimento de menor custo em relação à efetividade e garante a promoção e a proteção da saúde individual e da comunidade^{4,5}.

O direito à imunização infantil está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual deve ser garantido pelo Estado, pais e responsáveis⁶. Entretanto, os pais estão cada vez mais questionadores da segurança e da necessidade das vacinas, como resultado, as taxas de vacinação vêm apresentando níveis progressivamente baixos⁷.

Muitas dúvidas em relação às vacinas têm sido levantadas a partir de um movimento conhecido como antivacina. Esse movimento espalha-se por todo o mundo através da propagação de *fake News* e pode colocar em risco todo o sucesso da educação vacinal já obtido⁸.

A motivação em estudar esta temática surgiu durante a realização do estágio da graduação em Enfermagem em uma ESF onde foi perceptível que o número de crianças levadas à Unidade Saúde da Família (USF) para vacinar estava abaixo das expectativas. Isso ocorre para a campanha de vacinação da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), assim como para todas as

vacinas recomendadas pelo PNI. Diante disso, o objetivo deste estudo é investigar o comportamento de pais/responsáveis em relação à vacinação infantil em uma ESF de um município do norte de Minas Gerais.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa realizado com pais/responsáveis por crianças de zero a cinco anos de idade de uma ESF em um município do norte de Minas Gerais, Brasil, o qual adotou as Diretrizes de Critérios Consolidados para Relatos de Pesquisa Qualitativa (COREQ)⁹ na condução do estudo. Foram considerados elegíveis para participar do estudo pais/responsáveis por crianças de zero a cinco anos, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes na área de abrangência da ESF e capazes cognitivamente de responder a uma entrevista.

O acesso aos informantes se deu a partir da disponibilização, pela enfermeira da equipe, de uma planilha contendo os dados de identificação e contato dos pais/responsáveis por crianças entre zero e cinco anos de idade. Em posse dessa lista, os informantes foram escolhidos aleatoriamente para participação na pesquisa. Foram excluídos os pais/responsáveis selecionados não localizados em até três tentativas de contato.

Adotou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada, elaborado pelos pesquisadores, composto de questões objetivas e subjetivas. As questões disparadoras foram: qual a importância da vacinação infantil? Como é feito o controle e monitoramento para manter o cartão de vacinas atualizado? Que ações são realizadas pela equipe de saúde para promoção da vacinação? Que dificuldade você encontra para realizar a vacinação de seu filho? Devido ao cenário pandêmico da Covid-19 foram adotadas medidas protetivas durante a coleta de dados, como distanciamento, uso de máscara e álcool em gel 70%.

Os dados foram coletados por dois pesquisadores no período de agosto a setembro de 2022 a partir de uma entrevista aplicada individualmente aos pais/responsáveis por crianças de zero a cinco anos de idade, na residência do informante, até que se obtivesse similaridade nas respostas. As entrevistas tiveram duração média de 23 minutos, foram gravadas em áudio por um aplicativo de voz, transcritas na íntegra e apresentadas aos informantes para validar a integridade do

conteúdo transcrito. Não houve perda ou desistência de informantes durante a pesquisa.

Os dados transcritos foram organizados por meio de categorização e analisados mediante Análise Temática. Seguiu-se as etapas: familiarização com os dados transcritos; busca e revisão por temas; definição e nomeação dos temas e produção do relatório para tratamento dos dados¹⁰. Para resguardar a identidade dos informantes, seus nomes foram substituídos por pseudônimos, acompanhados de um número cardinal que indica suas respectivas idades, na apresentação do conteúdo.

O estudo desenrolou-se a partir dos padrões da ética em pesquisa estabelecidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi submetido ao instrumento de autoavaliação de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos¹¹ e a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros, sendo aprovado pelo parecer Consubstanciado número 5.531.500, CAAE: 59842122.4.0000.5146. Todos os informantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados e Discussão

Caracterização dos informantes

O estudo foi realizado com 17 pais/responsáveis por crianças de zero a cinco anos de idade, residentes no município de Rio Pardo de Minas, com idade entre 21 e 36 anos, ensino médio completo e renda mensal entre R\$600,00 e R\$1.200,00.

O material empírico resultou em duas categorias de análise: “Importância e controle da vacinação infantil” e “Ações de promoção da imunização infantil e as barreiras para adesão à vacinação”.

Importância e controle da vacinação infantil

Os informantes se mostram conscientes a respeito da importância da vacinação infantil, compreendem que a vacinação é um ato de proteção à saúde da criança em relação à exposição a vírus e bactérias, confere imunidade, evita sequelas deixadas por doenças, como a morte e, sobretudo é um direito.

[...] A importância é para imunizar a criança contra doenças que pode levar até a morte [...]. (Franciele, 24).

É importante pela questão que ajuda a criança na imunidade, previne doenças, ajuda na formação do sistema imunológico [...]. (Kátia, 25).

[...] promove pra ele uma qualidade de vida melhor, onde vai evitar doenças que pode acontecer [...] é uma prevenção, meio de prevenção a tantas doenças espalhadas, tantos vírus que têm espalhado pelo mundo [...] é um direito da criança [...]. (Gislene, 34).

A vacinação auxilia a resposta imune do organismo através do estímulo à produção de anticorpos para uma série de doenças, as quais podem levar um indivíduo a ter sequelas limitantes e até mesmo a morte. É uma das formas mais eficazes e seguras para prevenção de doenças infecciosas¹².

No Brasil a vacinação é obrigatória, todos os pais de crianças têm o dever de levar seus filhos para se vacinar. Esse dever é reconhecido pela Lei 6259 de 1975 que dispõe, entre outras coisas, sobre o PNI^{13,14}.

Em um estudo realizado com 62 pais de um município do sudoeste do Paraná a fim de avaliar o conhecimento sobre a imunização nos primeiros 15 meses de idade da criança, identificaram que as mães são as principais responsáveis quando se trata do cuidado vacinal. Além disso, elas acreditam ser muito importante vacinar, visto ser a principal medida para prevenção de doenças imunopreveníveis¹⁵.

Um estudo realizado nas USF de Nova Santa Rita-RS, com 90 pais de crianças de zero a cinco anos de idade que frequentaram as USF entre outubro e novembro de 2019 com o objetivo de identificar a opinião sobre as vacinas, mostrou que os participantes têm consciência da segurança e da eficácia das vacinas e da importância dos imunobiológicos para seus filhos¹⁶.

O controle da vacinação para manter a caderneta atualizada é realizado pelos informantes através das anotações realizadas pelos profissionais de saúde na caderneta de vacinação, pelos lembretes dos profissionais de saúde, ligações telefônicas, campanhas na mídia televisiva e divulgações locais, por meio de som volante pelas ruas da cidade.

[...] tem as campanhas que a gente escuta bastante, fala em carro de som [...]. (Ilza, 33).

Na televisão sempre aparece quando tem as campanhas de vacinas [...], tem as agentes de saúde, as enfermeiras, que sempre nos informam. (Eliza, 21).

Sempre estou de olho nas datas que eles marcam com antecedência na caderneta e agente de saúde está sempre me lembrando [...]. (Kátia, 25).

[...] sou muito esquecida, mas a minha agente de saúde passa na minha casa e a unidade básica de saúde, quando nós, mães não compare, eles ligam, pegam no pé mesmo [...]. (Luiza, 34).

Realizar controle permanente da vacinação na caderneta de saúde da criança para mantê-la completa e atualizada, auxilia na manutenção da saúde da criança e afasta o risco de ressurgimento de doenças já erradicadas pela vacinação¹⁷.

Nesse sentido, a comunicação é uma das principais estratégias para que os pais levem seus filhos para vacinar e ampliar o acesso às informações sobre as vacinas. Integram essas estratégias o uso de *banners* e imagens nas mídias sociais. Além da divulgação nas mídias tradicionais e eletrônicas, tais estratégias devem contemplar a busca ativa dos não vacinados pelos profissionais de saúde¹⁸.

Um estudo realizado com nove pais de crianças de zero a seis anos de idade no município de Bebedouro-SP com o objetivo de analisar a percepção desses em relação à importância do controle da vacinação nos primeiros anos de vida da criança mostrou que os participantes consideram ser dever dos pais/responsáveis buscar conhecimento sobre vacinação, mas que esse conhecimento pode ser obtido com a colaboração dos profissionais de saúde, que devem sempre informar a sociedade sobre a importância da vacinação¹⁹.

Ações de promoção da imunização infantil e as barreiras para adesão à vacinação

Os informantes reconhecem a existência de ações educativas coletivas para promoção da vacinação, porém é comum não participarem porque coincidem com o horário de trabalho. Essa coincidência de horários pode limitar o acesso dos pais e responsáveis a informações seguras e de qualidade sobre a vacinação infantil.

[...] de palestras eu não participo, pois sempre coincide com os meus horários de

serviços, por isso não tem como eu ir. (Eliza, 21).

[...] questão de palestra, esse negócio, essas ações a gente é bem ausente por conta dessa questão de horário, coincide com horário de trabalho. (João, 29).

Não consigo participar de todas, mas sempre que possível eu gosto de ir porque ensina muita coisa importantes [...]. (Maria, 27).

As ações ofertadas para a promoção da saúde das crianças têm grande impacto na morbimortalidade na faixa etária pediátrica. O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, associado aos programas de prevenção, como o de vacinação infantil e ações conjuntas com as famílias são fundamentais para uma melhor qualidade de vida das crianças²⁰.

Entretanto, o horário de funcionamento dos serviços de saúde não atende a toda comunidade devido à incompatibilidade de horário com a jornada de trabalho dos pais. Dessa forma, é fundamental que a ESF permaneça aberta nos dias úteis, sem interrupção no horário de almoço, a fim promover acesso à população e evitar perda de oportunidade de vacinação. É importante também a extensão do horário de funcionamento das USF²¹.

A educação em saúde deve ser realizada rotineiramente nas USF para colaborar com o estabelecimento de vínculo dos profissionais com a comunidade, assim, é importante que ela aconteça nas salas de espera enquanto o usuário aguarda atendimento e também em ações programadas²². As ações educativas devem proporcionar informação em saúde e educação sanitária, indispensáveis para melhorar a qualidade de vida individual e coletiva²³.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre os modos de realização das ações educativas para se evitar o uso reiterado de técnicas mecânicas e pouco atrativas aos olhos dos usuários, visto o interesse de empoderar e promover a autonomia dos participantes dessas ações. É importante que as ações educativas realizadas sejam pautadas na participação ativa e na valorização dos saberes e das necessidades de saúde do indivíduo, famílias e comunidade^{24,25}.

O conhecimento dos informantes sobre os benefícios das vacinas se dá por meio do trabalho informativo dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pelo uso de tecnologias de

informação com acesso à *internet*, e são influenciados pelo estabelecimento de uma cultura de vacinação que vem dos cuidados maternos de quando eram crianças.

Conheço através da internet, pelos sites da saúde, das reportagens na televisão, pela Agente de saúde que está sempre nos informando. (Ester, 26).

Através dos meios de comunicação, como a televisão, internet e também o meu Agente de saúde que sempre está me informando [...]. (Ilza, 33).

[...] vim saber a importância da vacinação desde bem cedo, porque minha mãe sempre teve essa preocupação de estar levando a gente para se vacinar. Ela sempre falava que é importante de estar se vacinando [...]. (Nanda, 31).

Os ACS têm função relevante nos processos de educação em saúde, pois possuem maior vínculo com a população e desse modo conseguem deter a confiança das pessoas, o que possibilita uma melhor abordagem sobre as *Fake News* e o esclarecimento de dúvidas acerca do real uso e benefício dos imunobiológicos²⁶.

O acolhimento realizado nas salas de vacina também deve ser priorizado como espaço para promoção da educação em saúde e da cultura de vacinação²⁷. Dessa forma, os pais podem aderir ao esquema de imunizações por conta das orientações dos profissionais de saúde, visto que estes são considerados uma fonte confiável²⁸.

Além disso, o uso das redes sociais deve ser estimulado com ênfase em um diálogo horizontal entre usuário e profissional onde se permita a troca de saberes. Entretanto, é válido reforçar a necessidade de buscas em *sites* confiáveis para evitar o compartilhamento de informações incorretas que prejudicam o processo de imunização²⁹.

A orientação adequada em relação ao uso das mídias sociais pode ampliar o vínculo com os usuários e torná-los protagonistas e autônomos em relação à sua saúde³⁰. Entretanto, percebe-se também que a prática de vacinação está atrelada à tradição familiar e costume social, já que se trata de uma obrigatoriedade, um direito das crianças e dever dos pais e do Estado e uma prática socialmente aceita⁴.

Os informantes pontuaram como dificuldades para a adesão à vacinação o medo de agulha, o receio de eventos adversos, a falta

de vacinas na USF, o horário de funcionamento da sala de vacina incompatível com a disponibilidade dos pais, devido a compromissos do dia a dia e pelo trabalho, como já apontado. Contudo, destaca-se que os fatores citados como dificultadores não impedem que a caderneta de vacinação da criança seja atualizada.

[...] não gosto muito de levar a criança pra vacinar, tenho medo de agulha, mas mesmo assim ainda levo ela pra vacinar nas datas certas. (Deusa, 22).

Às vezes o que dificulta é o receio mesmo, pois ele sempre tem reação pós a vacina, então isso acaba dificultando [...]. (Ester, 26).

[...] como eu trabalho fora, acho que o horário de funcionamento não é compatível com o horário de trabalho [...], aí sempre tenho que tá contando com a ajuda do pai, da avó para tentar manter a caderneta em dia. (Eliza, 21).

Às vezes quando não tem a vacina no postinho ou quando a gente tem algum imprevisto por causa da correria do dia a dia mesmo [...]. (Katia, 25).

Embora haja entendimento sobre a importância da imunização, os pais, frequentemente, têm múltiplas responsabilidades e compromissos que dificultam a atualização do calendário de vacinação da criança³¹.

A falta de vacina nos serviços causada pelo desabastecimento e descontinuidade no serviço de saúde pode implicar em oportunidade perdida de vacinação³². Um dos fatores que impacta diretamente no desabastecimento é a indisponibilidade de matérias primas necessárias para a produção de vacinas, assim como a necessidade de descarte do imunobiológico quando há suspeita de contaminação³³.

O medo de reações adversas é um importante motivo de os pais optarem pela não vacinação. Esse temor coletivo está intimamente relacionado ao imaginário segundo o qual a vacina pode ocasionar o risco de sequelas, o que não justificaria, por exemplo, a prevenção de uma simples gripe³⁴.

Como as pessoas não convivem mais com as doenças que foram erradicadas ou controladas, o medo dos efeitos adversos da vacina aparece de forma mais latente e assim o

próprio sucesso das vacinas se torna uma ameaça para adesão a vacinação³⁵.

Um estudo de revisão da literatura realizado com o objetivo de avaliar os fatores que interferem na cobertura vacinal das crianças no Brasil, mostrou que existem diversos fatores que interferem na cobertura vacinal, dentre eles as questões culturais e ideológicas, como crenças de que faz mal e o medo de efeitos adversos, a falta de imuniológicos ou má conservação dos mesmos, a dificuldade de acesso às USF pelos pais que trabalham, a falta de informações sobre a vacinação, a percepção de baixo risco de contrair doenças infecciosas, a desconfiança sobre a eficácia e segurança das vacinas, além do argumento de que a doença está erradicada ou ela é leve e, a opção por outras formas de proteção mais naturalistas³⁶.

Considerações finais

Os pais/responsáveis são conscientes em relação à importância da vacinação infantil e atribuem ao ato de vacinar a criança à proteção contra doenças, além de ser um direito garantido pelo Estado.

Processos de trabalhos desencadeados pelas equipes promovem a conscientização dos pais para manter a caderneta de vacinas atualizada, como as anotações e lembretes realizados pelos profissionais de saúde na caderneta de vacinação, as ligações telefônicas, campanhas na mídia televisiva e divulgações locais.

A coincidência do horário de trabalho dos pais/responsáveis e da realização de ações educativas realizadas pela equipe de saúde limitam o acesso do público a informações sobre a vacinação infantil, em contrapartida o trabalho informativo realizado pelos ACS, somado ao acesso à *internet* e a cultura de vacinação estabelecida promovem a sensibilização para a vacinação infantil.

Nesse sentido, recomenda-se a adequação da oferta de serviços relacionados à vacinação infantil à realidade dos pais/responsáveis, com a ampliação da oferta de ações educativas e de vacinação, como estratégia para ampliar o acesso dos pais/responsáveis à imunização de seus filhos.

O estudo tem como limitações o foco nos pais e responsáveis pelas crianças e o uso de instrumento de levantamento de dados realizados pelos próprios autores, porém permite aos gestores e profissionais de saúde refletirem

sobre as ações de vacinação disponibilizadas nos serviços de saúde.

Referências

1. Becker RM, Heidemann ITSB, Meirelles BHS, Costa MFBNA, Antonini FO, Durand MK. Nursing care practices for people with Chronic Noncommunicable Diseases. Rev. Bras. Enferm., Florianópolis, 2018[acesso em 22 set. 2022],71(sup. 6):2800-2807. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0799>.
2. Ministério da Saúde. Brasil. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. O que é Atenção Primária? Brasília, DF, 2021[acesso em 09 set. 2022]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>.
3. Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Estado da Saúde. Imunização: prevenção não tem idade, vacine-se. Goiás, GO, 2019[acesso em 11 set. 2022]. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/biblioteca/300-suvisa/imunizacao/7716-imunizacao>.
4. Barbieri CLA, Couto MT, Aith FMA. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2017[acesso em 18 fev. 2022],33(2):e00173315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00173315>.
5. Martins KM, Santos WL, Álvares ACM. A importância da imunização: revisão integrativa. REIcEn, 2019[acesso em 25 out. 2022],2(2):96-101. Disponível em: <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/153/108>.
6. Paes NSCE. A vacinação obrigatória de crianças e de adolescentes em face da autonomia dos pais no exercício do poder familiar. Meritum. 2018[acesso em 07 nov. 2022],13(2):375-393. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/6450>.
7. McClure CC, Cataldi JR, O'learyST. Vaccine Hesitancy: Where We Are and Where We Are Going. Clin Ther, 2017[acesso em 18 set. 2022],39(8):1550-1562. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.clinthera.2017.07.003>.
8. Mizuta AH, Succi GM, Montalli VAM, Succi RCM. Perceptions on the importance of vaccination and vaccine refusal in a medical school. Rev. paul. pediatri., 2019[acesso em 17 set. 2022],37(1):34-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462;2019;37;1;00008>.

9. Tong A, Sainsbury P, Craig J. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. *Int J Qual Health Care*. 2007[acesso em 22 ago 2022],19(6):349-57. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042>.
10. Braun V, Clark V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*. 2006[acesso em 28 nov. 2022],3(2):77-101. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
11. Dias EG. Proposta de instrumento para autoavaliação de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos. *Rev. Grad. USP*, 2020[acesso em 28 ago. 2022],4(1):139-145. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-376X.v4i1p139-145>.
12. Rodrigues VM, Pereira LCM. Imunização infantil no Brasil: fatores que correlacionam com a importância da vacinação nos primeiros cinco anos de vida. *Repositório Universitário da Ânima (RUNA)*. 2021[acesso em 26 out. 2022]. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/20598>.
13. Ministério da Saúde. Brasil. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Brasília, DF, 1975[acesso em 12 nov. 2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6259.htm.
14. Teixeira ACB, Menezes JB. Autoridade parenteral e vacinação infantil: vulnerabilidade e superior interesse da criança e do adolescente. *Pensar*, 2022[acesso em 18 out. 2022],27(1):14-04. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/13468/6751>.
15. Barros ES, Cavalheiri JC. Conhecimento dos responsáveis sobre a importância da vacinação infantil. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, 2021[acesso em 28 out. 2022],4(3):29-45. Disponível em: <https://doi.org/10.32811/25954482-2021v4n3p29>.
16. Slendak MS, Camargo MEB, Burg MR. A importância da vacinação: a opinião dos pais de crianças de 0 a 5 anos. *Brazilian Journal of Health Review*, 2021[acesso em 04 out. 2022],4(4):18420-18432. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n4-311>.
17. Dottes CP, Borges AM. Vacinação infantil: aceitação, dificuldades e ações identificadas por uma equipe de Estratégia Saúde da Família. In: Congresso Internacional em Saúde. 2021[acesso em 17 out. 2022]. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conintsau/article/download/19585/18318>.
18. Domingues CMAS, Fantinato FFS, Duarte E, Garcia LP. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 2021[acesso em 04 nov. 2022],28(2):e.20190223. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742019000200024>.
19. Foleto ALL, Ferreira RY, Carrara GLR. Percepção de pais universitários sobre a importância da vacina na primeira infância. 2022, 20p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário UNIFAFIBE. Bebedouro-SP[acesso em 04 nov. 2022]. Disponível em: <http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/handle/123456789/601>.
20. Alves CRL, Scherrer IRS, Santos LC. Atenção à saúde da criança: aspectos básicos. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2018. 169p. [acesso em 17 out. 2022]. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Atencao-a-saude-da-crianca-aspectos-basicos-versao_final.pdf.
21. Ministério da Saúde. Brasil. Portaria nº 397, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre o Programa Saúde na Hora, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF, 2020[acesso em 14 nov. 2022]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0397_16_03_2020.html.
22. Silva PLN, Alves CR. Percepção da equipe de enfermagem sobre organização e Processo de trabalho da sala de vacina. *Revista Renome*, 2018[acesso em 22 out. 2022],7(1):32-47. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renome/article/view/1217/1269>.
23. Castro APR, Vidal ECF, Saraiva ARB, Arnaldo SM, Borges AMM, Almeida MR. Promoting health among the elderly: actions in primary health care. *Rev. bras. geriatr. gerontol*. 2018[acesso em 04 nov. 2022],21(2):155-163. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.170133>.
24. Marques SRL, Lemos SMA. Letramento em saúde e fatores associados em adultos usuários da atenção primária. *Trab. educ. saúde*. 2018[acesso em 04 nov. 2022],16(2):535-559. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00109>.

25. Dias EG, Oliveira CKN, Lima JAD, Caldeira MB. A educação em saúde sob a ótica de usuários e enfermeiros da Atenção Básica. *Revista Saúde e Desenvolvimento Humano*, 2022[acesso em 05 nov. 2022],10(1):2-10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/sdh.v10i1.7165>.
26. Maciel FBM, Santos HLPC, Carneiro RAS, Souza EA, Prado NMBL, Teixeira CFS. Community health workers: reflections on the health work process in Covid-19 pandemic times. *Ciênc. saúde coletiva*, 2020[acesso em 17 out. 2022],25(sup. 2):4185-4195. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28102020>.
27. Pereira SC, Bardaquim VA, Dias EG, Pacheco VBJ, Carlos DM. Acolhimento às famílias durante a vacinação infantil na Atenção Primária à Saúde no Brasil. *Rev. Rede cuid. saúde*, 2022[acesso em 02 jan. 2023],16(2):1-17. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/racs/article/view/7507/3762>.
28. Mohanty S, Carroll-Scott A, Wheeler M, Davis-Hayes C, Turci R, Feemster K *et al.* Vaccine Hesitancy in Pediatric Primary Care Practices. *Qual Health Res.*, 2018[acesso em 24 out. 2022],28(13):2071-2080. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1049732318782164>.
29. Clement J. A Tecnosocialidade no cotidiano dos profissionais da atenção primária à saúde envolvidos no processo de vacinação de crianças menores de cinco anos. 2021, 66p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó-SC.[acesso em 24 out. 2022]. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4892/1/CLEMENT.pdf>.
30. Melo MC; Fonseca CMF, Vasconcelos-Silva PR. Internet e mídias sociais na educação em saúde: o cenário oncológico. *Cadernos do Tempo Presente*, 2017[acesso em 23 out. 2022],27:69-83. Disponível em: <https://doi.org/10.33662/ctp.v0i27.7486>.
31. Fundo das Nações Unidas para a Infância. UNICEF. UNICEF lança campanha de vacinação com Mauricio de Sousa e Facebook. Brasília, DF, 2020[acesso em 20 out. 2022]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-lanca-campanha-de-vacinacao-com-mauricio-de-sousa-e-facebook>.
32. Silva FS, Barbosa YC, Batalha MA, Ribeiro MRC, Simões VMF, Branco MRFC *et al.* Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento Brisa, São Luiz, Maranhão, Nordeste do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 2018[acesso em 07 nov. 2022],34(3):e00041717. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00041717>.
33. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Conass. A queda da imunização no Brasil. Consensus. 2017[acesso em 01 nov. 2022],25. Disponível em: <http://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/>.
34. Siewert JS, Clock D, Mergner PG, Rocha PFA, Rocha MDHA, Alvarez AM. Motives for non-adherence of children to the vaccination campaign against influenza. *Cogitare Enferm*, 2018[acesso em 24 out. 2022],23(3):e53788. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v23i3.53788>.
35. Couto MT, Barbieri CLA. Cuidar e (não) vacinar no contexto de famílias de alta renda e escolaridade em São Paulo, SP, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 2015[acesso em 04 nov. 2022],20(1):105-114. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014201.21952013>.
36. Moraes JN, Quintilio MSV. Fatores que levam à baixa cobertura vacinal e crianças e o papel da enfermagem – revisão literária. *Revista Interfaces*, 2021[acesso em 11 nov. 2022],9(2):1054-1063. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.16891/2317-434X.v9.e2.a2021.pp1054-1063>

Endereço para Correspondência

Ernandes Gonçalves Dias
Rua Maria Alves da Silva, 58, Icarai -
Monte Azul/MG, Brasil
CEP: 39500-000
E-mail: ernandesgdias@yahoo.com.br

Recebido em 03/01/2023
Aprovado em 22/05/2023
Publicado em 25/08/2023